

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2023

Dispõe sobre a participação de representantes do Instituto Canoinhense de Previdência ICPREV em ações de treinamento e capacitação profissional. Atualiza a IN nº 002/2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, inciso XIX da Lei Complementar nº 054/2016.

Seção I Das Disposições Gerais

RESOLVE:

Art. 1º. A participação de representantes do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV em ações de treinamento e capacitação profissional fica regulamentada por esta Instrução Normativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São considerados público alvo desta normativa os representantes do ICPREV para fins de participação em ações de treinamento e capacitação: Membros do Comitê de Investimentos, Conselheiros Titulares e Suplentes.

Art.2º. A participação dos Servidores vinculados ao ICPREV em cursos de capacitação, seminários, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, fórum e oficina; treinamentos em serviços, grupos formais de estudos, visitas técnicas, treinamentos, palestras e similares, serão autorizadas pela diretoria executiva e/ou diretoria Administrativa Financeira do ICPREV, com a devida prestação de contas aos Conselhos.

Art.3º. São consideradas ações de treinamento os eventos de curta duração desenvolvidos para fortalecer ou instalar competências necessárias para o melhor desempenho dos representantes do Instituto, buscando a excelência dos serviços prestados pelos mesmos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Consideram-se ações de treinamento e capacitação de curta duração os cursos presenciais e a distância com carga horária não superior a 40 horas/aulas, nas seguintes modalidades:

- I - seminários, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, fórum e oficina;
- II - treinamentos em serviços, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios profissionais, visitas técnicas, treinamentos, palestras e similares.

Art.4º. A deliberação para participação de representantes vinculados ao ICPREV em ações de treinamento e capacitação após a justificativa da necessidade e da aplicabilidade do evento, compete ao Conselho de Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão priorizadas, sempre que possível, a educação a distância, observada a especificidade da ação formativa.

Art. 5º. As ações de treinamento e capacitação profissional dividem-se em:

I – **eventos internos:** oferecidos pelo ICPREV e planejados para atender às demandas de capacitação do instituto;

II – **eventos externos:** oferecidos no mercado, promovidos por pessoas jurídicas contratadas na forma da lei, a partir de solicitação diretoria do ICPREV, e autorizados pelo Conselho de Administração.

Art. 6º. A Diretoria do ICPREV será responsável pelo planejamento, organização e acompanhamento dos eventos internos do Instituto, podendo fazê-los em parceria com os Conselhos Administrativo, fiscal, comitê de investimentos e outras entidades.

Art. 7º. Os eventos internos podem ser ministrados por instrutores internos ou por pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO. Considera-se instrutor interno o servidor efetivo, ou qualquer servidor público, devidamente habilitado para ministrar cursos e/ou palestras no âmbito da Previdência ou outra área de interesse do Instituto.

Seção II **Da Distribuição das Vagas**

Art.8º. As vagas decorrentes dos eventos de treinamentos e capacitação interna serão disponibilizadas sem limitação de proporcionalidade entre o público alvo, podendo ser extensiva aos associados e beneficiários do ICPREV.

Art.9º. O número de vagas em eventos externos de treinamentos e capacitação profissional serão distribuídas, proporcionalmente entre o público alvo citado no caput do art.1º, parágrafo único desta normativa.

Art.10. Serão adotados os seguintes critérios de prioridade de participação dos representantes para os eventos em que houver limitação de número de vagas:

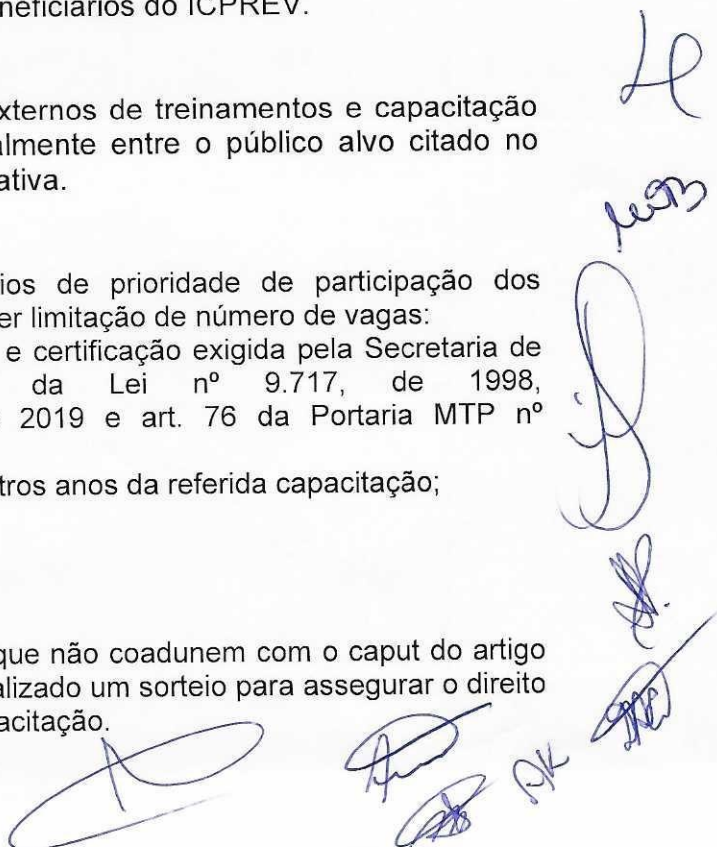
1º) Conselheiros que possuem os requisitos e certificação exigida pela Secretaria de Previdência previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, com as alterações da Lei nº 13.846, de 2019 e art. 76 da Portaria MTP nº 1.467/2022;

2º) Conselheiros que não participaram em outros anos da referida capacitação;

3º) Conselheiros titulares;

4º) Demais membros dos Conselhos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos casos diversos que não coadunem com o caput do artigo anterior deverá de forma transparente ser realizado um sorteio para assegurar o direito de todos na participação dos eventos de capacitação.



Seção III

Dos critérios para participação nos eventos

Art. 11. A participação de servidor em evento externo fica sujeita ao cumprimento das seguintes exigências:

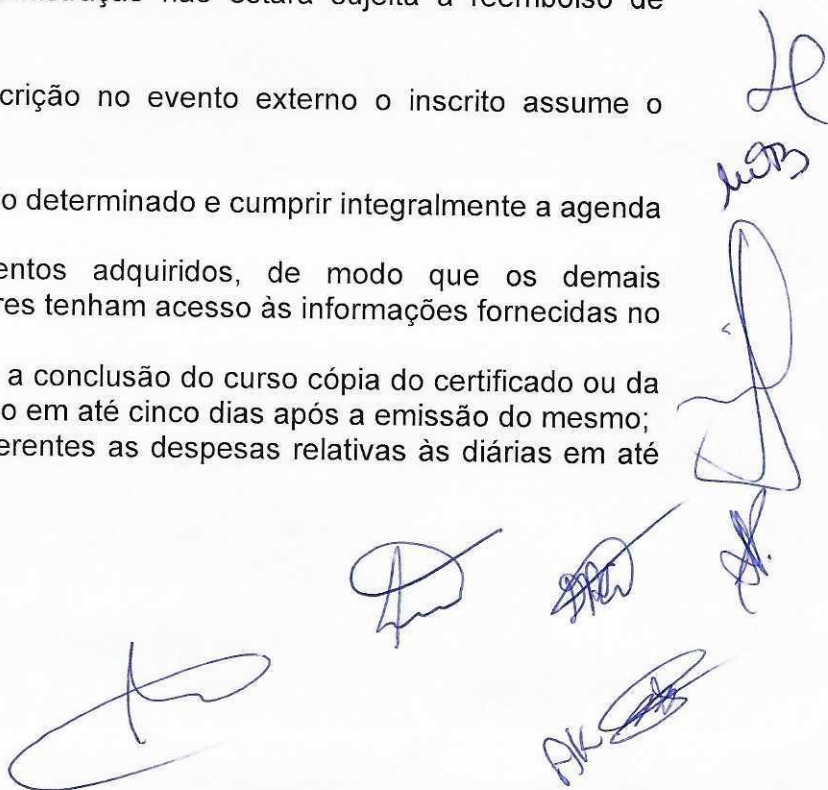
- I – vinculação do tema do evento às áreas de interesse do ICPREV;
- II – correlação do evento com as atribuições do público alvo;
- III – contribuição do evento para a melhoria do desempenho do conselheiro e/ou Servidor da qualidade dos serviços prestados;
- IV – disponibilidade financeiro-orçamentária;
- V – não previsão de realização de evento interno similar na programação de capacitação do ano em curso;
- VI – não participação do servidor em ações de treinamento custeada pelo ICPREV sobre o mesmo tema nos últimos 3 meses;
- VII – compatibilidade do valor do evento solicitado com a média dos valores praticados no mercado;
- VIII – entrega, pelo interessado, com antecedência de, no mínimo, vinte dias antes do evento, do formulário referente ao Pedido de Participação em Evento Externo devidamente preenchidos e assinados, acompanhados das seguintes informações: conteúdo programático, objetivo, carga horária, período, local de realização, público-alvo, investimento, entidade promotora.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento das exigências dispostas no artigo anterior implicará no indeferimento prévio do pedido pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A participação em evento externo sem prévia autorização do Conselho de Administração não estará sujeita a reembolso de quaisquer despesa.

Art. 12. Após confirmada a inscrição no evento externo o inscrito assume o compromisso de:

- I – comparecer ao evento no horário determinado e cumprir integralmente a agenda de atividades;
- II – compartilhar os conhecimentos adquiridos, de modo que os demais conselheiros, comissão ou servidores tenham acesso às informações fornecidas no evento;
- III - encaminhar ao ICPREV, após a conclusão do curso cópia do certificado ou da declaração de participação no curso em até cinco dias após a emissão do mesmo;
- IV- apresentar as notas fiscais referentes as despesas relativas às diárias em até cinco dias ao término do evento.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the right side, there is a large, stylized signature that appears to be 'H'. Below it, there are smaller initials, possibly 'MB'. Further down, there is a signature that looks like 'J'. At the bottom center, there is a large, loopy signature. To the right of this, there are two more signatures, one of which includes the initials 'AK'. The signatures are scattered across the bottom right quadrant of the page.

Art.13. O não cumprimento das exigências dispostas no artigo anterior implicará na devolução ao ICPREV dos recursos referente as diárias e despesas relativas ao evento.

Seção IV Das disposições finais

Art.14. Aos representantes que não possuem certificação será disponibilizada a capacitação na área afim.

PARAGRAFO ÚNICO: Após realizada a capacitação será concedido o prazo de 90 dias para realizem a referida prova.

Art.15. A desistência de servidor inscrito em ações de treinamento e capacitação ou a substituição de um ou mais participantes, deve ser comunicada, por escrito pelo solicitante ao ICPREV, sem ônus para o servidor, desde que observados os seguintes prazos:

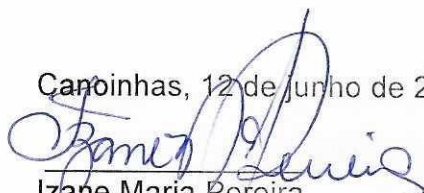
- I — No caso de evento interno: até dois dias úteis antes do início do evento;
- II — No caso de evento externo: até cinco dias úteis antes do início do evento.

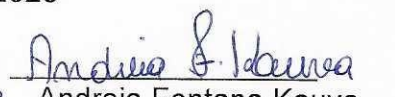
Art.16. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração do ICPREV.

Art.17. Ficam revogados as disposições em contrário, em especial a IN nº 02/2018.

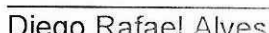
Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura e publicação.


Carapinas, 12 de junho de 2023


Izane Maria Pereira
Representante Segurados


Andreia Fontana Kauva
Representante Poder Executivo

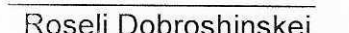

José Carlos Herbst
Representante Segurados


Diego Rafael Alves
Diretor Executivo

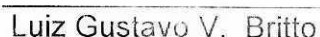

Roberto Ivan Ludka
Representante Segurados


Márcio Juliano Seleme
Representante Poder Legislativo


Cibele N. Batista
Representante Segurados


Roseli Dobroshinskei
Representante Aposentados


Morgana D. Lessak
Rep. Poder Legislativo Suplente


Luiz Gustavo V. Britto
Diretor Adm. Financeiro


Luciane Wagner de Miranda
Representante SISPUK